

# Política

## econômica é alvo de

### manifestos

Economistas querem que governo gaste

NICE DE PAULA

Foram lançados oficialmente ontem não um, mas dois documentos com críticas à política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva e sugestões de mudanças radicais na condução do país, como o controle do câmbio e da entrada de capitais, a redução "vigorosa" dos juros e do superávit primário e aumento dos gastos públicos. O primeiro texto foi assinado por 299 economistas, a maioria ligada ao Partido dos Trabalhadores. O segundo sintetiza a opinião dos presidentes do Conselho Federal e dos 25 conselhos regionais de economia de todo o país.

– Os conselhos representam 84.158 profissionais. Não são os economistas de esquerda, mas toda uma categoria que vai de zero a 180 graus do ponto de vista da formação técnica e da simpatia política. É fato inusitado na história do Brasil – disse Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ e integrante do Conselho Federal de Economia.

Na visão dos críticos, o aperto fiscal repete o feito nos governos de Fernando Henrique Cardoso e gera taxas de desemprego insuportáveis. A solução apontada é o crescimento via redução de juros e o aumento dos gastos públicos usando dinheiro do superávit primário – R\$ 60 bilhões só este ano.

– É um conjunto integrado de medidas que constitui sugestão de matriz para uma nova política econômica. O governo Lula esqueceu a questão do desemprego – disse o economista José Carlos de Assis.

A tese é de que as medidas não gerariam inflação porque o consumo está em queda.

– O país está num quadro recessivo. Olhando apenas o mercado interno, em uma recessão profunda – avaliou Gonçalves.

Para evitar que a combinação corte de juros e controle de capitais bata na dependência de capital externo do país para fechar suas contas, os economistas prevêem um controle criterioso, limitado ao capital de curto prazo. Outra idéia é geração de renda "pautada para não gerar inflação", ou aumentos de salários ligados aos ganhos de produtividade. Segundo Paulo Passarinho, coordenador-geral do Sindicato dos Economistas do Rio, as mudanças não implicam rompimento com o FMI.

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17

17